

**EDcl no AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.500.334 - MT
(2019/0132518-3)**

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
EMBARGANTE : **ERICA SANTANA SOUZA NASCIMENTO DIAS**
ADVOGADOS : **CARLOS FREDERICK DA SILVA INEZ DE ALMEIDA E OUTRO(S) -**
MT007355A
FÁBIO MOREIRA PEREIRA - MT009405
ISABELLY FURTUNATO E OUTRO(S) - MT021705B
EMBARGADO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RAZÕES QUE NÃO IMPUGNAM, ESPECIFICAMENTE, OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. SÚMULA 182/STJ E ART. 1.021, § 1º, DO CPC/2015. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. VÍCIOS INEXISTENTES. INCONFORMISMO. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

I. Embargos de Declaração opostos a acórdão prolatado pela Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, publicado em 07/10/2019.

II. O voto condutor do acórdão embargado apreciou fundamentadamente, de modo coerente e completo, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, não conhecendo do Agravo interno, pela ausência de impugnação dos fundamentos da decisão agravada, que não conheceu do Agravo em Recurso Especial, em face de sua intempestividade.

III. Inexistindo, no acórdão embargado, omissão, contradição, obscuridade não conheceu do Agravo interno, pela ausência de impugnação dos fundamentos da decisão agravada, que não conheceu do Agravo em Recurso Especial, em face da sua intempestividade. ou erro material, nos termos do art. 1.022 do CPC vigente, não merecem ser acolhidos os Embargos de Declaração, que, em verdade, revelam o inconformismo da parte embargante com as conclusões do **decisum**.

IV. Embargos de Declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Superior Tribunal de Justiça

Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes e Mauro Campbell Marques votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019(data do julgamento).

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES

Relatora